



X - Instituir comissões de inventário patrimonial e de material e designar os respectivos membros;
XI - Autorizar a movimentação externa de bens móveis entre órgãos e entidades;
XII - Assinar Termo de Descentralização Orçamentária e os Documentos Únicos de Execução Orçamentária e Financeira - DUEOFs (Ordens de Pagamento, Documento de Descentralização Orçamentária - DDO - e outros quando necessários) no SIOFI-NET e a Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira prevista na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000;
XIII - Assinar documentos e justificativas, encaminhadas aos Órgãos e Entidades competentes, em função do Decreto nº 9.737, de 27 de outubro de 2020, e demais legislações que orientem a execução orçamentária e financeira.
Art. 2º No exercício das atribuições delegadas por meio deste ato deverão ser observadas as disposições legais pertinentes.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

JOSÉ FREDERICO LYRA NETTO

Protocolo 530349

Referência: Processo nº 202314304001425

Interessado: A.A.A.R.

Assunto: Julgamento de Processo Administrativo Disciplinar.

**EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA DO DESPACHO Nº
1453/2024/GAB**

Assim, adoto como razões de decidir os fundamentos constantes no Relatório Final da Comissão Processante e condeno o indiciado pela infringência à infração tipificada no inciso XVII do art. 202 da Lei nº 20.756/2020, pela prática de conduta culposa.

No que concerne à dosimetria da penalidade, se faz necessário examinar as circunstâncias previstas no § 1º do artigo 196 da Lei n. 20.756/2020.

Após detido exame dos fatos e das condutas perpetradas pelo indiciado, concluo que a penalidade que se revela necessária e suficiente para a reprovação e prevenção da conduta é a pena mínima prevista para o tipo disciplinar descrito no inciso XVII do art. 202 da Lei nº 20.756/2020, qual seja, a pena de **ADVERTÊNCIA**.

Ocorre que todas as circunstâncias elencadas no § 1º do artigo 196 da Lei n. 20.756/2020 são favoráveis ao indicado, pois: a transgressão revelou-se de pequena gravidade; sem danos para o serviço público; o servidor é primário e sem antecedentes disciplinares; a conduta foi culposa (sem intenção); e a reprovabilidade da conduta também se revelou baixa.

Aplica-se também o efeito secundário da condenação disciplinar, a inabilitação prevista no inciso I do art. 199 da Lei nº 20.756/2020.

Goiânia, 03 de dezembro de 2024.

JOSÉ FREDERICO LYRA NETTO

Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação

Protocolo 530528

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1 /2025 - SECTI

A Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação - SECTI, por intermédio da Comissão de Seleção designada pela Portaria nº 131/2025-SECTI (SEI nº 72946744), torna público que realizará Chamamento Público, conforme Processo nº 202514304000429 e as disposições da Lei nº 13.019/2014, para seleção de Organização da Sociedade Civil (OSC) para celebração de Termo de Colaboração objetivando a elaboração e implementação do Programa Cidadão Tech, que visa promover a cidadania digital em Goiás, tendo por objetivo reduzir o nível de exclusão digital dos segmentos mais vulneráveis da sociedade a partir de formação, atualização, conscientização e/ou capacitação em inclusão digital presenciais que estimulem o uso consciente, sustentável e seguro da tecnologia, conforme as condições e especificações estabelecidas no edital e seus anexos. O edital e seus anexos encontram-se disponibilizados no site <https://goias.gov.br/inovacao/>. As entidades interessadas poderão apresentar suas propostas e Planos de Trabalho, na forma estabelecida no edital, até às **9h30 do dia 19/05/2025**. Informações que se fizerem necessárias poderão ser obtidas junto à Comissão

de Seleção ou à Gerência de Compras Governamentais, através do e-mail comprasgovernamentais.secti@goias.gov.br ou dos telefones (62) 3269-4254 / 4270.

Renato Santiago Kaminishi

Presidente da Comissão de Seleção

Protocolo 530437

**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável**

CERTIDÃO Nº 53/2025 SEMAD/GECAM

Compromissário: OSVALDO TEIXEIRA DE MELO JÚNIOR

CPF/MF nº: ***.854.951-**

Processo SEI nº: 202200017012012

Objeto: Cumprimento integral de Termo de Compromisso Ambiental de Conversão de Multa -TCACM.

Pela presente certidão de cumprimento integral de TCACM, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD, considerando:

- I - A SEMAD, pessoa jurídica de direito público interno, instituída pela Lei nº 12.603/1995, e alterações posteriores, constitui-se órgão da administração direta do Poder Executivo do Estado de Goiás;
- II - O Relatório nº 504/2024- SEMAD/ GECAM (62834618), da Gerência de Compensação Ambiental e Conversão de Multas apresentou o entendimento que o objeto de conversão de multa foi integralmente cumprido, bem como a deliberação da 4ª Reunião ordinária de 2024 da Câmara de Avaliação de Projetos (62825290);
- III - O Parecer nº 352/2025 - SEMAD/ GERAM (72139298) e o Despacho nº 304/2025 SEMAD/GERAM (72169431) concluíram que o compromissário cumpriu com todas as obrigações relacionadas à reparação do dano ambiental e à regularização da atividade;
- IV - Os termos do art. 85-A, § 2º, da Lei nº 18.102/2013, e do art. 44, da Instrução Normativa nº 13/2021 - SEMAD.

Certifica o cumprimento integral do Termo de Compromisso Ambiental de Conversão de Multa - TCACM nº 495/2023 (54451093).

LEONARDO SERPA SCHALLENBERGER

Superintendência de Gestão Ambiental - SGA

Protocolo 530490

EXTRATO 1º ADITIVO AO CONTRATO 13/2022

Processo: 202200017010440. Contratante: SEMAD-GO Contratada: AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL CNPJ 21.308.480/0001-22 Objeto: ADITAMENTO A PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO 13/2022, POR MAIS 30 MESES. Vigência: 09/05/2025 a 08/11/2027 Valor: R\$ 14.203,40 Outorga: 11/04/2025.

BRUNNO ALVES DE OLIVEIRA BRITO

Subsecretário de Biodiversidade, Unidades de Conservação e Segurança Hídrica - Portaria 14/2025

Protocolo 530400

Secretaria de Estado da Educação

**DESPACHO Nº 4/2025/SEDUC/CEFG-08680 - DESPACHO
DECISÓRIO**

REQUERENTE/ CONTRATANTE: Conselho Escolar Frederico Gonzaga Jayme

REQUERIDO /CONTRATADA: Concreting Engenharia e Construções Ltda.

REFERÊNCIA: Processo nº 2023.0000.600.0423 -Tomada de Preço Contrato nº 001/2023 - com objeto de contratação de pessoa jurídica